



UNICAMP

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia**

Monografia II

***Chaebol: O papel dos grandes grupos privados na Coreia da
terceira revolução industrial***

Murilo Batista dos Santos
RA: 105457

Orientador: Prof. Dr. Célio Hiratuka

Campinas
Dezembro de 2015

Murilo Batista dos Santos

***Chaebol*: O papel dos grandes grupos privados na Coreia da terceira revolução industrial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Célio Hiratuka.

Campinas
Dezembro de 2015

Resumo

O presente trabalho visa demonstrar que a crise que atinge a economia da Coreia do Sul no ano de 1997 - colocando em risco décadas de avanço rumo ao desenvolvimento econômico do país - tem como condicionante direto o desmonte dos instrumentos de planejamento e coordenação econômica que marcaram as décadas de transformação da estrutura produtiva na península. A partir de uma perspectiva histórica, esta monografia analisa o período de industrialização sul-coreana e os dos mecanismos de coordenação e cooperação entre Estado e setor privado que tornaram isso possível, bem como as posteriores mudanças que ocorrem no sentido de desmonte dessa estrutura, fazendo então a ponte entre esse processo e o desencadear da crise.

Palavras-chave: industrialização; *chaebol*; Estado; crise; Coreia do Sul; Ásia

Abstract

This paper aims to demonstrate that the crisis that hits the Korean economy in the year of 1997 - risking years of advance on the direction of the country's economic development - have as direct responsible the dismount of the planning instruments that marked the decades of transformation in terms of productive structure on the peninsula. From a historical perspective, this paper analyses South Korea's period of industrialization and the mechanisms of coordination and cooperation and State and private sector that had made it possible to change its destiny, as well as the late changes that happened on the sense of dismount such structure, then making the connection between this process and the development of the crisis.

Key words: industrialization; *chaebol*; State; crisis; South Korea; Asia

Índice

1) Introdução	6
2) Capítulo 1: Ascensão	8
3) Capítulo 2: Os <i>chaebol</i>	27
4) Capítulo 3: Liberalização	35
5) Capítulo 4: Crise	42
6) Considerações Finais	45
7) Referências bibliográficas.....	47

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha família - meu pai, por financiar meus estudos e pela conduta exemplar, minha mãe, pela formação como cidadão e meus irmãos e demais membros pela motivação. Também gostaria de Agradecer aos professores Célio Hiratuka, e Marco Antonio Rocha pelo apoio no desenvolvimento desse trabalho e às professoras Ana Rosa Ribeiro De Mendonca Sarti e Simone Deos pelo suporte e motivação durante meu intercâmbio. Também gostaria de agradecer a todos os professores que tive desde a pré-escola, pois todos, sem exceção contribuíram para minha formação.

Introdução

A República da Coreia, ou Coreia do Sul, como é mais conhecida, conseguiu alçar sua indústria nacional a um patamar comparável ao dos países desenvolvidos, tendo triunfado em um período marcado pela estagnação de vários dos parques produtivos do “Resto”, segundo a terminologia de Amsden (2001). O país é visto hoje como referência em termos de dinamismo econômico, inovação, educação e comércio internacional, mantendo-se como um dos maiores e mais competentes exportadores mundiais, não apenas em termos quantitativos como também qualitativos - sua pauta de exportações composta majoritariamente por produtos de elevado valor agregado.

Os sul-coreanos conseguiram solidificar o capital nacional sob a estrutura de grandes grupos empresariais, conhecidos como *chaebol*, capazes de competir no mercado mundial de elevada intensidade tecnológica, tradicionalmente dominado por grupos com origem em países que se industrializaram durante as duas primeiras ondas de industrialização - marcas como Samsung e Hyundai conseguem fazer frente à Apple, Sony e Volkswagen - e que aparecem, portanto, como ponto importante para a compreensão dos motivos que levaram à sobrevivência da indústria nacional coreana frente às transformações proporcionadas pela intensificação do processo de abertura comercial e financeira característicos do final do século XX. Através da articulação entre o Estado e os conglomerados nacionais que a economia coreana consegue atingir a terceira revolução industrial nos anos de 1980. Contudo, toda essa transformação foi colocada à prova no final dos anos 90, quando a crise de que atingiu a Ásia em 1997 levou o país a pedir socorro ao FMI.

Neste contexto, o presente trabalho visa demonstrar que a crise de 1997 tem como causa o desmonte dos instrumentos de planejamento e coordenação econômica que marcaram as décadas de transformação da estrutura produtiva na península. O primeiro capítulo traz uma recapitulação do processo de desenvolvimento da Coreia do Sul, passando pelos principais governos desde o fim da dominação japonesa até o pré-crise. O segundo capítulo dá maior atenção à caracterização dos *chaebol* e seu papel no cenário descrito no primeiro capítulo. O terceiro capítulo contextualiza o avanço de políticas neoliberais ao redor do mundo o reflexo deste avanço na economia sul

coreana. Já o último capítulo traz uma descrição da crise de 97, demonstrando como o processo de liberalização contribuiu para a configuração da mesma e trazendo as considerações finais.

Capítulo 1: Ascensão

O presente capítulo tem como objetivo fornecer um panorama geral sobre os principais acontecimentos do período que vai a fundação da República da Coreia, na época um dos países mais pobres do mundo, até o final da década de 1980, ponto em que conseguiu aproximar sua estrutura produtiva da fronteira tecnológica e promover o salto de sua economia da segunda para a terceira revolução industrial. Esse exercício servirá para oferecer ao leitor o conhecimento básico a respeito da Coreia do Sul, necessário para entendimento dos capítulos seguintes, onde será feita uma análise mais focada nos *Chaebol*.

Changing Industrial Structure: from Agriculture to Manufacturing / from Light Industry to Heavy and Chemical Industry

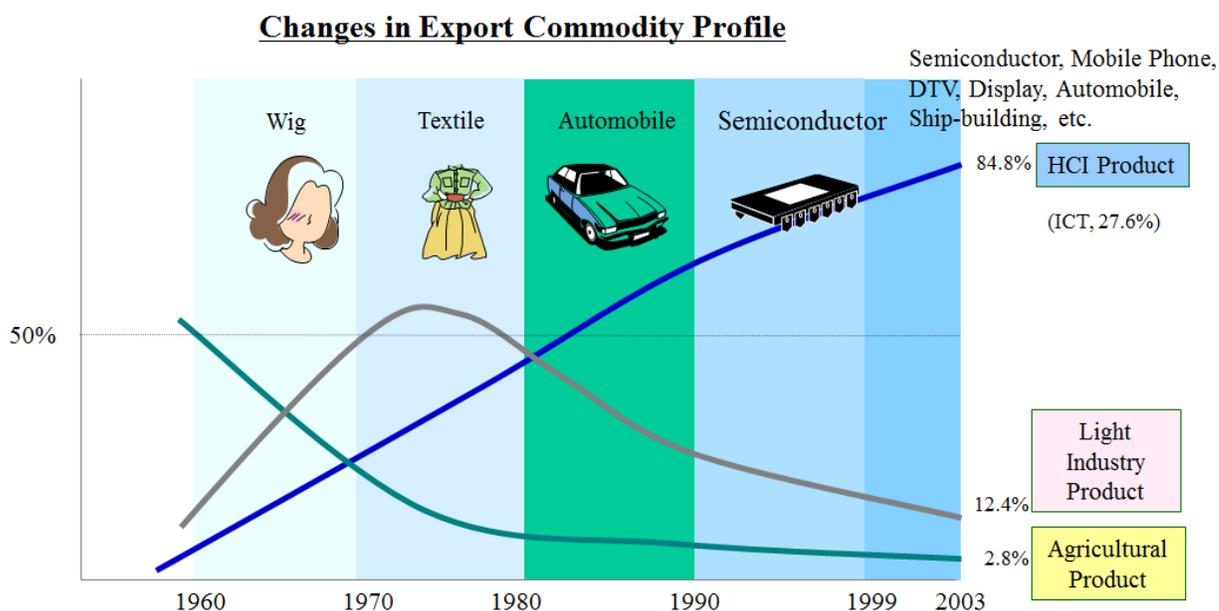


Figura 1: Mudanças no perfil das exportações sul coreanas.
Fonte: Korea Development Institute

Como é possível observar em Coutinho (1999), desde a libertação do domínio japonês após a Segunda Guerra, o governo sul-coreano agiu ativamente para promover a modernização da estrutura produtiva do país, assim como o direcionamento da produção para o comércio internacional, utilizando uma série de mecanismos de controle sobre a economia nacional - como o direcionamento do crédito a setores

estratégicos, consolidação da infraestrutura - o que proporcionou ao país capacidade de direcionar os esforços para a integração no comércio internacional.

Assim, dado o forte caráter intervencionista que marca a ascensão da República da Coreia ao hall dos países industrializados, esse capítulo será dividido em quatro blocos: **Syngman Rhee**, **Park Chung Hee**, **Chun Doo-hwan** e, finalmente, **Kim Young Sam**, nominados de acordo com o principal governante de cada período e sendo que o último marca a mudança do modelo de desenvolvimento, que assume caráter liberal e abre as portas para a crise que atinge o país no final do século XX.

Syngman Rhee

A República da Coreia começa a ser desenhada logo após a derrota do Japão na IIGM e, conseqüentemente, com o fim do período de dominação japonesa sobre a península que perdurava desde 1910. Porém, ainda que a dominação nipônica tenha sido extinguida, o país foi dividido em dois: Coreia do Norte (República Democrática Popular da Coreia) e Coreia do Sul (República da Coreia); um reflexo da bipolarização entre União Soviética e EUA que já se configurava quando a segunda grande guerra acabou. Neste contexto, a Coreia do Sul instituiu, sob a tutela da ONU (Organização das Nações Unidas) e dos Estados Unidos (que governaram provisoriamente a parte sul do “Paralelo 38” entre 1945 e 1948), um regime democrático que sofreu bastante não só com a Guerra da Coreia, que devastou tanto norte quanto sul da península e tornou ainda mais difícil a superação das dificuldades econômicas, mas também com a crescente oposição da sociedade em face às denúncias de corrupção, fraudes e favoritismo para com determinados grupos.

Em maio de 1948 a Coreia do Sul elege o parlamento pela primeira vez, este ficou responsável pela elaboração da constituição, que implantou a divisão entre executivo, legislativo e judiciário, com o presidente como autoridade máxima e escolhido pela Assembleia Nacional; esta por sua vez eleita de forma direta e com sufrágio universal. Assim, já em 1948, Syngman Rhee é eleito o primeiro presidente da Coreia do Sul. Tudor (2012) destaca que Rhee, ex-aluno de Harvard e membro ativo da resistência durante o período de dominação japonesa, era visto como intelectual e

anticomunista - o que facilitou o apoio dos estadunidenses do governo militar provisório à sua candidatura.

Além disso, já nesta etapa inicial, é possível notar a preocupação em fomentar grupos privados como forma de desenvolver o capitalismo na porção sul do Paralelo 38, sendo que neste primeiro estágio, o foco era a substituição de importações. Ainda que da reforma agrária implementada em 1949 tenha corroído a classe dos senhores de terra - que tradicionalmente gozavam de grande poder e que conseguiram manter seu status durante a colonização japonesa - Kwon (1997) destaca que vários dos estratos sócias que formavam a elite da sociedade coreana durante a dominação japonesa, como *chiilpa* (지일파) - coreanos que se aliaram ao governo Japonês durante o período colonial - empresários e mesmo senhores de terra, contaram com uma série de facilidades tanto sob o governo provisório estadunidense, quanto sob o período Rhee: o legado da ocupação japonesa (parques fabris e fazendas) foi quase que totalmente direcionado a esses grupos; que também representavam a base de apoio ao governo Rhee. Ainda na década de 1950 os *chaebols* Hyundai, Samsung e Lucky Goldstar receberam benefícios como alienação de propriedades do governo e benefícios tributários e financeiros; medidas vistas então como ferramentas para construir as bases para uma economia capitalista.

De acordo com relatório de 2011 do *Bank of Korea*, o governo Rhee foi responsável pela privatização do sistema bancário, processo pelo qual bancos comerciais passaram a servir como instrumento de alavancagem dos próprios grupos aos quais foram vendidos e, ao mesmo tempo, se transformaram em fonte de dinheiro para campanhas políticas. Como é possível notar em Amsden (1989), Rhee concedia uma série de benefícios à ascendente burguesia nacional, que em contrapartida fornecia ao presidente apoio financeiro para manter-se poder.

“The state, under the leadership of Syngman Rhee and other ‘patriots, notables, and various circles of the intellectual stratum,’ then allocated aid entitlements in exchange for political campaign contributions. When campaign contributions ran into diminishing returns with respect to votes (at one time the number of political parties was estimated at 344), elections were rigged or the constitution was amended.” (Asia’s Next Giant, p.39)

Neste contexto, as constantes suspeitas de corrupção, fraudes e favoritismo para com determinados grupos que eram malvistas por grande parte da população - basta perguntar a um sul-coreano o que ele pensa sobre os *chiilpa* - fazem com que a os opositores de Rhee ganhem força. Porém, tendo em vista o cenário conturbado a península no pós-IIIGM (tensão e guerra entre as Coreias, denúncias de espionagem etc), Rhee conseguiu, utilizando como justificativa o combate ao regime comunista norte-coreano, tirar do caminho vários de seus opositores. De acordo com Tudor (2012), cerca de 39.000 pessoas foram presas em 1949, sob a então recém-aprovada Lei de Segurança Nacional (aprovada em 1948), que oficialmente tinha como alvos comunistas e norte-coreanos, mas que também servira como ferramenta para intimidar, prender ou mesmo executar adversários políticos do regime de Rhee.

Essa configuração política, marcada por corrupção e perseguição a opositores, permitiu a Syngman Rhee modificar a constituição por mais de uma vez (alterando elementos como limite de mandatos e formato das eleições) e manter-se como presidente até 1960, ano em que o massacre a 200 estudantes que protestavam contra fraudes nas eleições faz com que as forças armadas deixassem de obedecê-lo. Em meio à agitação o vice-presidente - que também era acusado de envolvimento em fraudes - e sua família cometem suicídio (ainda hoje há suspeita de queima de arquivo).

Park Chung Hee

A década de 1960 marca a ascensão de Park Chung Hee ao poder, em 1961 o então general assume o comando do país via golpe de estado, com a justificativa de acabar com a corrupção que contaminara o sistema político anterior e programar reformas que colocassem a República da Coreia no caminho do desenvolvimento. Park de fato promoveu uma série de reformas cruciais ao desenvolvimento coreano, valendo-se de uma estrutura de governo autoritária e utilizando os escândalos de corrupção que marcaram a era Rhee como forma de “domar” os *chaebol* ele conseguiu orquestrar uma série de mudanças nas bases produtivas do país, que entre 1960 e 2000 passou de produtor de commodities primárias a player global em química fina, eletrônica, automobilística e construção naval. Park arquitetou seu plano de desenvolvimento ao

redor de uma forte centralização estatal, mobilizando o capital privado nacional como ferramenta para realização de seu projeto de nação.

Park Chung Hee veio de família pobre e camponesa, tendo completado sua educação em academias militares japonesas na Manchúria e em Tóquio - ele retornaria à Coreia e ingressaria no exército sul-coreano logo após a rendição do Japão na IIGM - e observado de perto os efeitos da política econômica do Japão pós-Restauração Meiji. Noble (2011) destaca que durante o período em que viveu na Manchúria, o futuro governante da Coreia do Sul pôde analisar de perto o quão importante a criação do complexo industrial manchú foi para o sustento do esforço de guerra japonês, de maneira que novo governante via no projeto de desenvolvimento nipônico um exemplo a ser seguido. Diante disso, para viabilizar o forte intervencionismo necessário para reproduzir o que o Japão conseguira na Restauração Meiji, Park instituiu um sistema de meritocracia no serviço público com medidas como realização de concursos para preencher cargos de alto escalão. Kim (2003) destaca que grande parte da tecnocracia que compôs o governo de Park Chung Hee era formada por coreanos que estudaram no Japão ou que foram educados na Coreia por professores japoneses durante a colonização. Vale lembrar que durante a colonização os japoneses se preocuparam em transmitir a cultura e valores japoneses aos territórios ocupados, de modo que no caso da península mesmo o ensino do alfabeto coreano chegou a ser proibido, substituído pelo sistema utilizado na metrópole.

Os dois primeiros anos de Park no poder foram estruturados sob uma junta militar. Tendo o combate à corrupção como bandeira e justificativa para a tomada do poder, a junta prende vários dos principais homens de negócio do país, já que a grande maioria se envolveu em esquemas do governo Rhee. Kim & Park (2011) chamam atenção ao fato de que Park Chung Hee ordenou a prisão de nada menos que 21 dos empresários mais influentes do país já no dia seguinte ao golpe de estado e que alguns dos membros mais jovens da junta militar chegaram a reivindicar a execução de chefes dos *chaebol*, sob justificativa de que isso encerraria o problema da corrupção de uma vez por todas. Ainda que esta última medida tenha ficado apenas no âmbito das sugestões, o seguinte trecho de Tudor (2012) ilustra como Park lidou com a questão nos primeiros anos em que esteve no poder:

"Immediately following his takeover in 1961, he (Park) hounded up businessmen and subject them to public humiliations, such as being forced to march through the streets carrying placards proclaiming, 'I am a corrupt swine'." (Korea: The Impossible Country, p.67)

O leque de acusações era bastante amplo e a imagem do empresariado nacional foi bastante arranhada pelos esquemas de corrupção durante o governo Syngman Rhee. Porém, ainda que nesse primeiro momento o ambiente fosse hostil, essa situação acabou por se reverter, de modo que de possível pena de morte as punições acabaram sendo convertidas em multas na maior parte dos casos. Isso acontece porque Lee Byung-Chull, acusado de ter conseguido pelo menos 19% de sua riqueza de forma ilícita, prometeu a Park Chung Hee que faria com que os empresários coreanos colaborassem com seus planos. Assim, os *chaebol* se transformariam em ferramenta para os objetivos do governo sul-coreano, visto que a possibilidade de prisão e falta de capital político dos capitalistas nacionais evitaria qualquer oposição dos mesmos a proposições do governo, colocando Park em uma posição de vantagem nesse estágio inicial do arranjo entre Estado e capital privado nacional.

Porém, o maior poder de barganha que o arranjo conferia ao governo não pode ser visto como único motivo para a configuração da estratégia de desenvolvimento adotada pelos sul-coreanos. Os *chaebol* foram escolhidos como principal ferramenta para realizar as ambições de Park Chung Hee porque, além de Park ver na restauração Meiji (que concentrou esforços no sentido da formação de campeões nacionais) um exemplo a ser seguido, o ambiente conturbado do pós-guerra, em conjunto com as dificuldades de recuperação econômica e o tamanho limitado do mercado interno desencorajavam a entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) - tendo em vista que, conforme apontado por Hiratuka & Sarti (2010), a estratégia de investimento direto das principais multinacionais naquele momento se dava com o objetivo de competir no mercado que receberia o investimento (competição mult-doméstica). Basear o processo em pequenas e médias empresas também não parecia ser uma opção viável, tendo em vista que as economias de escala necessárias para modernizar a economia sul-coreana seriam um obstáculo quase intransponível a esse tipo de empreendimento. Uma outra

alternativa possível ao arranjo com os *chaebol* era a empresa estatal, porém, o seu uso era limitado pela ameaça de corte da ajuda estadunidense, já que os EUA classificaram esse tipo de iniciativa como inclinada ao socialismo. Ainda assim é preciso destacar que houve tanto o uso de empresas estatais, quanto tentativas de viabilizar empresas de pequeno e médio porte, como a fundação do Industrial Bank of Korea e da Pohang Iron & Steel Company, hoje conhecida como POSCO.

Assim, com o objetivo de tornar a economia nacional forte e dinâmica o governo Park adotou uma estratégia baseada na elaboração de planos quinquenais, elaborados pelo ministério da Economia e pela Junta de Planejamento Econômico (EBP, na figura a seguir) - organismo formado por tecnocratas responsáveis por definir setores com potencial para desenvolver o país e possíveis planos de ação - e que envolviam o direcionamento de crédito para que os grupos privados executassem os investimentos. Com isso, buscava-se fortalecer o potencial das exportações e consolidar a indústria pesada, o que daria sustentação a avanços futuros.

Outro ponto interessante relacionado ao arranjo com os *chaebol* esta no fato de que, já em 1962, o governo estende seu poder de comando sobre o sistema bancário, Chang (2011) chama atenção para o Ato do Banco da Coreia, instituído em 1963 e através do qual o Banco da Coreia, no caso o banco central do país, foi submetido ao controle direto do Ministério das Finanças, nacionalizando o sistema e criando uma série de bancos focados no fomento e execução de políticas em diferentes áreas, como Korea Exchange Bank, voltado para direcionamento de fluxos cambiais, o Housing and Commercial Bank, voltado para crédito habitacional, o Industrial Bank of Korea, inicialmente direcionado ao crédito a pequenas e médias empresas. Isso porque esse leque de medidas conferiu ao Estado uma enorme capacidade de mobilizar recursos em torno de setores estratégicos e, portanto, poder suficiente para financiar a expansão dos fluxos de investimento dos grandes grupos privados nacionais que se alinhassem às estratégias definidas por Park.

NATIONAL ECONOMY MANAGEMENT STRUCTURE OF PARK JUNG HEE ADMINISTRATION

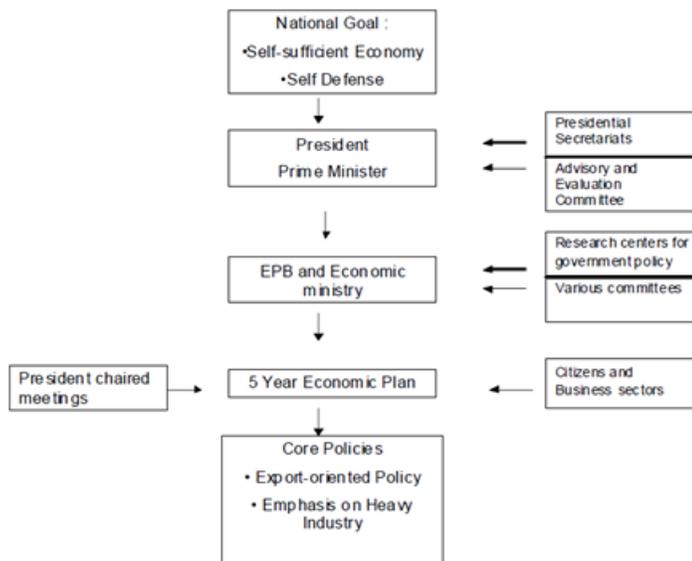


Figura 2: Organização da administração Park

Fonte: Cepal

Neste cenário, o primeiro plano quinquenal foi lançado pelo governo em 1962, tendo como ponto focal minimizar a dependência da ajuda externa americana, que vinha diminuindo nos últimos anos da década anterior, e dinamizar a economia nacional. Embora o formato inicial do plano já manifestasse a intenção de implantar a indústria pesada, a percepção de que haveria uma infinidade de dificuldades para alcançar esse objetivo em um período tão curto fez com que o foco fosse redirecionado para promover a exportação de fertilizantes, fibras sintéticas, cimento, refino de petróleo, têxteis. Isso porque, conforme é possível verificar em Canuto (1991), no início dos anos 1960 o país não possuía nem capital nem bases técnicas suficientes para iniciar o processo de industrialização pesada e as tentativas de obtenção de financiamento externo para instalação de uma planta siderúrgica nacional não foram bem-sucedidas.

Tudor (2012) afirma que em 1963, devido à pressão do governo Kennedy para que a Coreia do Sul desmilitarizasse a cúpula do governo e após renunciar sua posição como militar, Park Chung Hee reestabelece o regime democrático consegue manter o poder após a realização de eleições, sendo eleito como presidente. A preocupação com as relações internacionais também aparecia em medidas tomadas para facilitar o ambiente de negócios, como a criação da Lei de Indução ao Capital Estrangeiro, como forma de facilitar a tomada de crédito externo e mesmo a entrada de IDE em setores

menos estratégicos; assinatura de um tratado de normalização com o Japão, que não só garantiu uma quantia considerável de divisas como fundo de reparação, como também abriu as portas para a entrada de capitais japoneses e para a colaboração em projetos de desenvolvimento industrial - Noble (2011) afirma que a fundação da POSCO só conseguiu ser viabilizada após Park envolver executivos japoneses na elaboração do projeto.

KEY ECONOMIC INDICATORS IN THE 1960s

	1962	1969	ANNUAL CHANGE 1962~69(%)
PER CAPITA GNI(US\$)	87	210	13.4
REAL GDP GROWTH RATE(%)	2.1	13.8	8.7
CURRENT ACCOUNT (MILLION US\$)	-55.5	-548.6	-
BALANCE OF TRADE	-335.3	-991.7	-
EXPORTS	54.8	658.3	41.5
IMPORTS	390.1	1,650.0	24.7
GROSS DOMESTIC INVESTMENT RATIO(%)	11.8	27.9	-
GROSS SAVING RATIO(%)	11.0	21.4	-
CONSUMER PRICES(%)	6.6	12.4	15.4

Tabela 1: Indicadores econômicos da Coreia do Sul - Anos 60

Fonte: Banco da Coreia

Além disso, o governo garantia aos bancos comerciais internacionais o pagamento das dívidas contraídas pelos *chaebol*, como forma não apenas de facilitar o caminho, como também para encorajar a tomada de risco pelos capitalistas nacionais, o que deu certo e é visto como ponto fundamental para a postura de diversificação agressiva adotada pelos grupos mais importantes. Outra medida extremamente importante no âmbito internacional foi a participação ativa da Coreia do Sul na Guerra do Vietnã: Lee (2011) afirma que mais de 50.000 soldados sul-coreanos foram enviados para dar suporte às tropas estadunidenses, o que não só garantiu contratos vantajosos atendendo à demanda da economia de guerra, como também serviu para consolidar a posição de Park frente à Washington.

Diante desse arranjo, o segundo plano quinquenal também se propôs a direcionar o foco para modernizar a estrutura industrial, com investimento em metalomecânica e química. Noble (2011) chama atenção ao fato de que entre as consequências do primeiro plano quinquenal estava o aumento da demanda por aço e que é nesse período que a primeira planta siderúrgica nacional começa a sair do papel, dando origem à POSCO. Kwon (1997) explica que os dois primeiros planos quinquenais tinham como foco construir a infraestrutura necessária à expansão acelerada da indústria. De modo que entre as medidas tomadas na década de 1960 estavam a criação de áreas industriais, como Ulsan, Kuro e Masan, além da elaboração e execução do Ato de Exportação Industrial Coreano, que tinha como objetivo melhorar a alocação de recursos do setor. Ainda assim, conforme aponta Canuto (1991), o que marca os primeiros anos da era Park é a forte expansão da produção e exportação de produtos manufaturados leves, de tal forma que têxteis, madeira compensada e perucas aparecem como líderes da pauta em 1970. O mesmo texto também chama atenção ao fato de que já nesse período tanto eletrônicos quanto automóveis se inseriram no arranjo industrial sul-coreano, porém, a inserção do país se dava apenas nas etapas de montagem final, caracterizada pelo baixo nível de complexidade.

Como é possível verificar em Tudor (2012), após conseguir aprovar a possibilidade de concorrer a um terceiro mandato, Park venceu as eleições de 1971 com uma vantagem de oito pontos percentuais sobre seu concorrente e, diante da real possibilidade de não conseguir um quarto mandato, decide declarar lei marcial, dissolver o parlamento e promulgar uma nova constituição. Conforme apontado anteriormente, entre as justificativas para as reformas no regime político estava a ameaça comunista. Após a tentativa de assassinato ao presidente ocorrida em 1968, atribuída ao regime norte-coreano, Park Chung Hee passou a alegar que seria necessário de dar ao governo maior agilidade e poder de coordenação para promover tanto o desenvolvimento econômico quanto a retomada do poderio militar, como forma de coibir qualquer tipo de ofensiva do bloco rival.

Diante disso, a Constituição *Yushin*, como ficou conhecida, conferia ao presidente a possibilidade número ilimitado de mandatos, com duração de seis anos cada, estabelecia eleições através de colegiado eleitoral, convenientemente composto

por membros simpáticos a Park, e dava ao presidente o poder de nomear 1/3 do parlamento, garantindo a virtual maioria no legislativo e, por consequência, aumentando de maneira considerável o espaço de manobra do governo em praticamente todas as esferas e abrindo caminho para que Park se sentisse seguro o suficiente para focar o esforço intervencionista na arriscada implantação da indústria pesada.

Neste contexto, em 1973, já sob o novo regime constitucional e dentro do âmbito do terceiro plano quinquenal, Park Chung Hee anuncia um plano para implantação da indústria pesada e desenvolvimento do setor químico, vistos por ele como ponto chave para o desenvolvimento do país e cujas ambições de avanço já apareciam desde o primeiro plano quinquenal, conforme citado anteriormente. Ainda dentro das diretrizes do plano, conforme é possível observar em Kim (2011), estavam também dois objetivos bastante ambiciosos: sextuplicar as exportações e mais que triplicar o PNB até 1981, além de fazer com que as indústrias pesada e química passassem a representar pelo menos metade do PNB sul-coreano. Para tanto, conforme apontado por Kim & Park (2011), o governo Park decidiu organizar cinco setores industriais estratégicos - metais não ferrosos, petroquímica, máquinas & equipamentos, construção naval e eletrônicos - em torno de uma estrutura de competição oligopolista envolvendo os *chaebol*, ao passo que a siderurgia ficou organizada sob monopólio estatal. Tais medidas tinham como objetivo de garantir a formação das economias de escala necessárias à qualquer projeto de industrialização pesada.

Aqui é possível perceber o quão importante foi o novo arranjo do sistema financeiro perpetrado a partir de 1962 que, conforme apontado em 1982 por relatório do Banco Mundial, teve papel-chave nos processos de construção e expansão da indústria pesada.

“The promotion of HCI sector was supported by a broad range of policy instruments, including import protection and fiscal preferences. But the intervention which mattered most, and the greatest impact on industrial incentives and structure, was the allocation of credit. Government relied heavily on its control over the entire credit system and provided ‘strategic’ industries preferential access at substantially subsidized rates.” (Korea: Managing the Industrial Transition, p.39)

O terceiro plano atingiu as metas citadas anteriormente antes mesmo do final da década de 1970, tanto que, como é possível perceber em Canuto (1991), aço, construção naval e maquinaria passaram a figurar entre os dez principais produtos da pauta de exportação sul-coreana antes mesmo da chegada de 1980. A forte política industrial permitiu à Coreia do Sul manter uma média de crescimento de dois dígitos entre 1963 e 1979. Além disso, conforme será possível observar mais detalhadamente nos próximos capítulos do presente texto, os setores estratégicos conseguiram ampliar sua participação no mercado internacional de maneira tão exorbitante que poucos conseguiriam prever.

KEY ECONOMIC INDICATORS IN THE 1970s

	1970	1979	ANNUAL CHANGE 1970~79(%)
PER CAPITA GNI(US\$)	255	1,693	23.4 ¹⁾
REAL GDP GROWTH RATE(%)	8.8	8.4	10.2 ¹⁾
CURRENT ACCOUNT (MILLION US\$)	-622.5	-4,151.1	-
BALANCE OF TRADE	-922.0	-4,395.5	-
EXPORTS	882.2	14,704.5	36.4
IMPORTS	1,804.2	19,100.0	27.7
GROSS DOMESTIC INVESTMENT RATIO(%)	25.4	36.7	-
GROSS SAVING RATIO(%)	17.4	29.7	-
CONSUMER PRICES(%)	16.0	18.3	15.0

NOTE : 1) From 1971 to 1979

Tabela 2: Indicadores econômicos da Coreia do Sul - Anos 70

Fonte: Banco da Coreia

Esses resultados positivos, tornaram possível ao quarto plano quinquenal, executado entre 1977 e 1981, direcionar esforços para, nas palavras de Canuto (1991), passar da “montagem não-qualificada” para a “fabricação qualificada” nos setores na indústria eletrônica e também no setor automobilístico. O mesmo texto também chama atenção ao fato de que nada menos que 57 itens do setor industrial eletrônico passaram a ser qualificados como estratégicos.

Chun Doo-hwan

Embora a industrialização sul-coreana tenha avançado de forma impressionante, a era Park também foi marcada pelo aumento do uso do aparato repressivo, Tudor (2012) destaca que, como forma de coibir críticas à constituição *Yushin*, o regime tornou ilegal qualquer comentário negativo sobre a constituição vigente, além de banir a atividade política nos meios estudantis e permitir a entrada do exército nas universidades. Neste cenário, Park Chung Hee é assassinado em 1979 por Kim Jae-gyu seu antigo companheiro nos tempos de academia militar e então chefe da Agência Central de Inteligência da Coreia (KCIA). Ainda de acordo com Tudor (2012), uma conversa gravada entre Kim e seu advogado na prisão dá a entender que Kim Jae-gyu estava insatisfeito com a configuração política instaurada pela constituição *Yushin* e que através do assassinato de Park ele planejava encerrar a ditadura na Coreia do Sul.

Assim, aproveitando-se da ausência de um nome forte para substituir Park, o general Chun Doo-hwan assume o comando da KCIA e, após declarar lei marcial e dissolver o parlamento, consegue ser eleito presidente em 1981 utilizando o mecanismo de colégio eleitoral. Ainda acordo com Tudor (2012), uma de suas primeiras medidas como presidente foi encerrar a constituição *Yushin*, porém, assim que tomou o poder em 1980, ele reprimiu violentamente protestos em Gwangju, que marcou a morte de centenas de civis e fez com que sua popularidade ficasse abalada durante todo o período em que esteve no poder.



Figura 2: Participação de poupança, investimento e crédito no PNB.
Fonte: Chang(2004)

O cenário econômico, por sua vez, já não parecia mais tão favorável quanto nas décadas do governo Park, isso porque o segundo choque do petróleo aumentou as pressões inflacionárias, situação agravada pelo alto poder de *mark-up* que os períodos anteriores conferiram aos *chaebol* dentro do mercado coreano. Outro ponto crítico para a nova administração foi o caráter concentrador das políticas de industrialização implementadas por Park Chung Hee, que complicaram a questões relacionadas à distribuição da renda. Diante disso, o governo Chun teve maior preocupação com a estabilização do que com o crescimento. O período também foi marcado pela diminuição do poder de intervenção do Estado sobre a economia. O já citado relatório do Banco Mundial comentava que entre as políticas adotadas pelo governo Chun estavam a privatização dos bancos comerciais, eliminação de políticas de juros diferenciadas, compromisso formal em atingir 95% de taxa de liberalização até 1988, diminuição crescente das barreiras tarifárias e flexibilização do sistema de controle sobre IDE. É neste ponto que começa a mudança de paradigma na política industrial sul-coreana, em que se pese o maior poder de decisão atribuído aos grandes conglomerados nacionais, visto que, com a liberalização do sistema de crédito, o país

deixou de contar com um dos principais mecanismos do arranjo que possibilitara a montagem de seu parque produtivo.

Ainda assim, o quinto plano quinquenal manteve o direcionamento da economia para maior profundidade tanto da indústria automobilística, quanto da eletrônica, o que pode ser interpretado como consequência lógica do direcionamento feito durante o governo Park. Em Canuto (1991) destaca-se que não apenas os produtos eletrônicos foram responsáveis por impressionantes 17,6% das exportações da Coreia do Sul em 1986, como também o grau de complexidade dos produtos exportados por esse setor também aumentaram de forma exorbitante, de modo que em 1987 as empresas sul-coreanas detinham 9% do mercado mundial de memórias. O mesmo texto também sublinha que o setor automobilístico passou a ser responsável por 6% das exportações sul-coreanas em 1986, representando crescimento de 133% em relação a 1983.

KEY ECONOMIC INDICATORS IN THE 1980s

	1980	1986	1989	ANNUAL CHANGE 1980~89(%)
PER CAPITA GNI(US\$)	1,660	2,702	5,556	12.6
REAL GDP GROWTH RATE(%)	-1.9	12.2	6.8	8.5
CURRENT ACCOUNT (BILLION US\$)	-5.1	4.5	5.3	-
GOODS ACCOUNT	-6.0	3.4	3.9	-
EXPORTS(FOB)	16.2	33.4	61.5	15.9 ¹⁾
IMPORTS(FOB)	22.2	30.0	57.5	11.1 ¹⁾
SERVICES ACCOUNT	1.2	2.1	0.8	-
GROSS DOMESTIC INVESTMENT RATIO(%)	33.0	30.5	35.3	-
GROSS SAVING RATIO(%)	24.3	34.9	37.6	-
CONSUMER PRICES(%)	28.7	2.8	5.7	8.1

NOTE : 1) From 1981 to 1989

Tabela 3: Indicadores econômicos da Coreia do Sul - Anos 80
Fonte: Banco da Coreia

Embora a Coreia do Sul tenha avançado rumo à terceira revolução industrial, a resistência ao autoritarismo político do regime Chun não parou de crescer, o que segundo Tudor (2012), se traduziu em sucessivas tentativas do governo em desviar a

atenção da população para longe da política. Isso fica marcado por uma das características mais conhecidas da administração Chun: a política “3S” (*sex, screen and sports*), pela qual o governo promoveu a expansão da indústria pornográfica, implementou um sistema nacional de transmissão televisiva a cores e inaugurou as ligas sul-coreanas de basebol e futebol. Além disso, o direito de sediar os jogos olímpicos de 1988 foi conquistado quando Chun ainda estava no poder, o que pode também ter servido como tentativa de melhorar a imagem de sua administração. Para deixar a situação mais complicada, o então presidente foi acusado de envolvimento em uma série de esquemas de corrupção, aumentando a força dos movimentos que pediam pela redemocratização do país.

Em 1987, veio a público a tortura e morte de um estudante, o que fez com que a manutenção de Chun no poder se tornasse insustentável, tendo em vista que, de acordo com Tudor (2012), as manifestações contra o governo somavam milhões de participantes. Assim, no mesmo ano Chun deixa o poder e a constituição é modificada para a volta do regime democrático.

Kim Young Sam

Os anos 90 têm como característica latente o processo de liberalização da economia coreana. O processo iniciado já na era Chun Doo-hwan se intensifica com o advento da globalização, que colocou grande pressão sobre o governo da península tanto por parte de seu maior aliado político, os Estados Unidos, quanto pelos próprios *chaebol*, que desejavam maior acesso aos fluxos de liquidez internacional como forma de garantir sua competitividade no cenário que então se desenhava. Diante dessa configuração, ao chegar ao poder em 1993, Kim Young Sam - o segundo presidente a assumir após a queda do regime Chun - trabalhou no sentido de adaptar o país às transformações que atingiam o sistema produtivo mundial, modificando profundamente a atuação do Estado na economia.

Um dos maiores opositores do regime Park, Kim Young Sam sempre esteve entre os membros mais ativos do legislativo sul-coreano, atuando durante praticamente toda a era Park e, mesmo tendo perdido seus direitos políticos no final da década de

70, também causou problemas ao regime Chun, que o colocara sob prisão domiciliar. Logo, o desmonte dos mecanismos de financiamento atrelados ao Estado não é algo que surpreenda, haja vista que a forte associação entre governo e grandes grupos através de políticas de direcionamento do crédito era característica-chave do regime que Kim tanto combatera. Chang (2004) deixa claro que Kim estava disposto a enterrar o intervencionismo que marcara a era Park - neste sentido, é simbólica a entrada da Samsung no mercado automobilístico, que dificilmente seria permitida quando o Estado utilizava o crédito como ferramenta para direcionar investimentos e que é considerada um dos maiores equívocos já cometidos pela companhia.

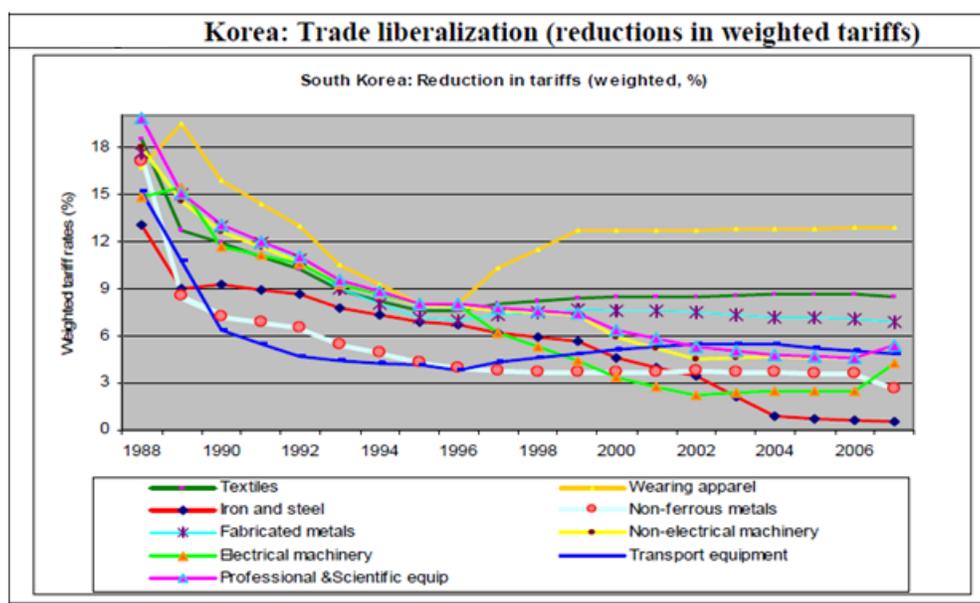


Figura 3: Liberalização comercial na Coreia do Sul
Fonte: Banco Mundial

Essa mudança de postura fica destacada quando olhamos para as medidas de proteção ao mercado interno, segundo Shin (2004), na metade da década de 1990 o mercado sul-coreano já era tão aberto quanto os países europeus - o autor chama atenção à evolução das tarifas praticadas pelo país na importação de manufaturados, que passou de 35,7% em 1978 para 18,1% em 1988 e, finalmente, chegou a 6% em 1996.

Ainda que a mudança na postura comercial chame a atenção do leitor, é seguro afirmar que o ponto de maior relevância nas transformações ocorridas na economia sul-coreana durante a última década do século XX seja a liberalização do setor financeiro e consequente aumento da facilidade de acesso dos grandes grupos privados a fontes de financiamento externo - antes esse tipo de operação precisava passar pela aprovação do governo. Além disso, desde 1995 os bancos da península passaram a ter acesso a crédito externo - notadamente de curto prazo - operando como intermediários entre os grandes grupos e o capital internacional, como é possível verificar em Kim & Jaffe (2010).

TRENDS OF EXTERNAL DEBT AND ASSETS¹⁾

UNIT : BILLION US\$

	1995	1996	1997			
			MAR	JUN	SEP	DEC
GROSS EXTERNAL DEBT(A)	113.0	150.9	159.0	167.8	170.6	167.3
LONG-TERM	58.1	75.0	79.2	84.1	90.1	103.5
SHORT-TERM	54.9	75.9	79.8	83.7	80.5	63.8
GROSS EXTERNAL ASSETS(B)	94.4	111.1	106.8	115.7	112.6	106.1
NET EXTERNAL DEBT(A-B)	18.6	39.7	52.2	52.1	58.0	61.1
FOREIGN EXCHANGE RESERVES	32.7	33.2	29.1	33.3	30.4	20.4
USABLE FOREIGN EXCHANGE RESERVES	..	29.4	21.1	25.3	22.4	8.9

NOTE : 1) END OF PERIOD

Tabela 4: Comportamento da dívida externa sul coreana
Fonte: Banco da Coreia

Aqui é preciso entender que a estrutura de crédito ao investimento produtivo se modificou profundamente: se antes o crédito passava necessariamente pelo governo e tinha perfil de longo prazo, agora, com a liberalização, o perfil desse crédito passa a ser de curto prazo, ao mesmo tempo em que não se construiu um sistema capaz de coordenar essa transição de perfis. Logo, o que se tem no cenário liberalizado da

Coreia dos anos 90 é um drástico aumento do risco envolvendo os investimentos dos grandes grupos, já que agora eles precisariam dar retorno em um período de tempo muito menor, ao mesmo tempo em que a competição internacional exigia a manutenção de uma postura agressiva (expansionista).

Em suma, a demanda dos *chaebol* por novas alternativas de crédito foi atendida, porém, o crédito externo era muito mais volátil do que aquele concedido pelo Estado aos grupos comprometidos à sua política industrial, de modo que, embora o aumento da alavancagem dos grandes grupos não tenha sido incompatível com sua necessidade de investimentos, o grande problema foi a mudança em termos qualitativos dessa dívida, que passou a ser de curto-prazo - ao contrário do que se estabeleceu durante a construção do parque produtivo. Além disso, o governo abriu espaço para que o setor privado ocupasse o papel de fornecedor de crédito sem construir um aparato mínimo de regulamentação, aumentando ainda mais o risco das operações de crédito.

O próximo capítulo terá como foco a caracterização dos *chaebol*, permitindo entender melhor sua inserção no cenário descrito até aqui e, em seguida, tornando possível expor com maior clareza os condicionantes da crise de 1997.

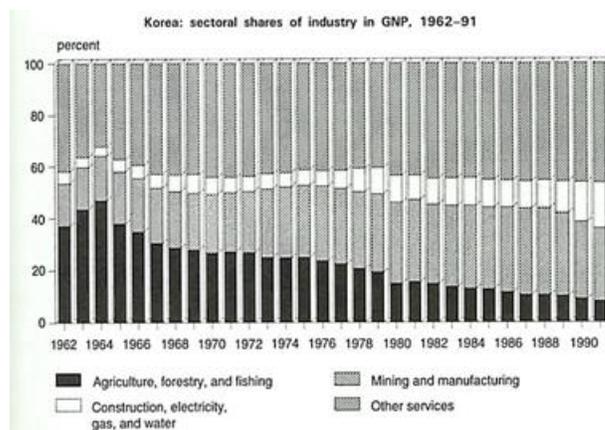


Figura 4: Participação dos setores no PNB da Coreia do Sul
Fonte: Soon (1994)

Capítulo 2: Os *chaebol*

O primeiro capítulo demonstrou que o processo de desenvolvimento sul-coreano teve, de fato, forte participação do estado na articulação de investimentos que proporcionassem a alteração da estrutura produtiva do país. Mas há ainda outro fator de fundamental importância para o salto coreano dos anos 80: o país conseguiu mobilizar seus grupos empresariais, os *chaebol*, em torno do projeto de modernização econômica, no sentido de incentivar a assimilação de tecnologias e processos produtivos de ponta e de maneira a viabilizar a constituição de uma base própria de P&D (pesquisa e desenvolvimento). Os principais grupos empresariais estiveram diretamente envolvidos nos programas do governo coreano citados no capítulo inicial deste trabalho. Dito isso, será interessante olhar para a gênese de alguns dos conglomerados mais importantes para a transformação da economia da península.

Os *chaebol* podem ser definidos, segundo a análise de Lim (2003), pela presença de três elementos estruturais: estrutura de governança com dominância familiar, estrutura organizacional na forma de holding e estrutura de negócios pautada pelo elevado grau de diversificação. Essas três características permitiam aos grandes grupos maior margem de manobra para entrar e ganhar competitividade em novas áreas e atuação. A estrutura administrativa familiar facilitava o alinhamento estratégico, ao mesmo tempo em que não havia a necessidade de proteção contra a aquisição por concorrentes. Outra importante medida adotada pelos *chaebol* foi a articulação de equipes de funcionários que atuavam a nível “global”, com maior poder para transferir recursos entre as subsidiárias de forma alinhada aos objetivos da holding - as subsidiárias compartilhavam esforços em P&D, marcas e mão de obra. A estrutura de capital, por seu turno, permitia que as subsidiárias transferissem recursos entre si, o que diminuía (de forma relativa) a dependência de capital de terceiros ao mesmo tempo em que proporcionava aos investimentos maior tempo para maturação - haja vista que era mais fácil cobrir os déficits dos estágios iniciais mobilizando recursos de outros membros do grupo em questão.

Table 11: Co-evolution of the private sector and the government

Year	Private Sector's Actions	Government Policies
1903		Emperor Gojeong imported the first automobile in Korea from the U.S.A..
1955	Sibal Motor Company manufactured the Sibal by using Jeep engines from the US Army.	Government's preferential procurement of domestic parts
1962	KIA, Sinjin Motor Company produced motor vehicles.	Protection of the domestic car industry
1965	Asia Motor Company moved into the industry	
1967		Giving the business permits only to firms entering into alliances with advanced- country produces
1968	Hyundai started business with Ford Motor Company(UK)	
1970	Toyota was hesitant about continuing cooperation with Sinjin Motor Company. Hyundai changed its alliance to GM. (China vs Taiwan problem)	HCI drive of the government
1974	Hyundai produced the Pony as its own model	In 1973, the government announced "the Long Term Promotion Plan for the Automobile Industry."
1984	Hyundai established its own research institute.	Tariff 60% in 1986
1990's	More resources on R&D	Tariff 10% in 1994 (currently 8%)

Figura 5: Medidas de fomento à indústria automobilística

Fonte: Samsung Economic Research Institute

Há ainda outra característica fundamental, presente principalmente nos estágios iniciais desses grupos: forte alinhamento com o Estado, que converteu os principais grupos empresariais coreanos em peça importante para a realização dos planos de transformação da estrutura produtiva nacional e estabeleceu diretrizes para a diversificação dos *chaebol*. Desde a formação da República da Coreia, o governo agiu

no sentido de fomentar o capital nacional, conforme fica claro na análise dos governos Rhee e Park, condições de aquisição de ativos remanescentes do período de dominação japonesa, proteção do mercado doméstico, bem como acesso a crédito, a divisas disponibilizadas pelos EUA como ajuda de reconstrução e ao mercado estadunidense marcam as relações entre governo e indústria privada na Coreia do Sul.

A origem dos grandes grupos coreanos tem relação direta com o período de ocupação japonesa, visto que, embora a maior parte da estrutura industrial construída pelo governo nipônico estivesse concentrada na porção norte do país, os ativos disponíveis na porção sul foram, conforme dito no capítulo inicial, distribuídos a famílias coreanas influentes, com destaque ao fato de que muitos coreanos que trabalharam para empresas japonesas, assim como pequenos empreendedores e comerciantes, migraram para o sul quando os comunistas assumiram o poder no norte da península. Chang (2003) chama atenção ao fato de não ter sido realizada nenhuma forma de leilão para decidir os direitos de compra sobre a estrutura remanescente. Naquele momento já havia empresas coreanas - Samsung e LG eram companhias de comércio que neste período começam a diversificar suas atividades com a ajuda do governo Rhee: a primeira passa a produzir açúcar e têxteis, ao passo que a então Lucky Goldstar entra na produção de cosméticos.

A Hyundai, por seu turno, nasceu como construtora durante a Guerra da Coreia, atuando no suporte ao exército estadunidense e, com o fim do conflito, na (re)construção da infraestrutura sul-coreana. O grupo atuou de forma entrosada com o Estado, abraçando a entrada no setor automobilístico no fim dos anos 60. Inicialmente, a empresa montava modelos da Ford que seriam comercializados no mercado coreano, porém, os planos do governo e do presidente da empresa eram mais ambiciosos, visando internalizar o processo produtivo e consolidar uma marca nacional de automóveis. Com isso, em 1970 a parceria com a Ford é encerrada e seu braço automobilístico passa a buscar um novo parceiro, disposto a transferir tecnologia. A Mitsubishi ofereceu essas condições, de modo que já em 1976 a Hyundai comercializa o Pony, seu primeiro modelo próprio, e na década de 80 já exportava para outros continentes.

Ao mesmo tempo em que consolidava sua atuação no setor automotivo, a companhia, novamente amparada pelo governo, adentrou a construção naval, onde, apesar das barreiras de escala, conseguiu ascender rapidamente a condição de líder no setor - o que mostra incrível capacidade que a estrutura administrativa, aliada às condições de financiamento especiais oferecidas pelo Estado proporcionavam. A companhia também passou a operar em setores de suporte às novas atividades, como produção motores e componentes para a fabricação de navios, além de cimento e equipamentos para construção civil. Na década de 80 o grupo continuou a diversificar, entrando no varejo (Hyundai Department Store), setor financeiro (mercado de títulos e seguros), semicondutores e petroquímicos, esses últimos já ocupados por outros *chaebol*.

A Daewoo foi organizada para atingir as metas de exportação de têxteis estipuladas pelo governo Park e aproveitar as contrapartidas prometidas a quem alcançasse os objetivos traçados pelo Estado. Cumpridas as metas, a companhia teve acesso a crédito em condições vantajosas, dinheiro que foi utilizado para entrar na construção civil. O grupo se destacou ao atuar de maneira bastante alinhada aos objetivos do governo: sua entrada nos setores químico, máquinas e equipamentos, construção naval e automobilístico foi marcada pela aquisição de grupos que atravessavam dificuldades financeiras, o que garantiu que o acesso ao financiamento público continuasse. Sua atuação no setor automobilístico, a exemplo do que acontecera com a Hyundai, teve a parceria com uma montadora norte-americana (General Motors) como forma de viabilizar as operações nos estágios iniciais. Outro ponto de semelhança com a Hyundai foi a entrada no setor financeiro, através de aquisições e uma joint-venture com o Bank of America. A década de 90 marca uma estratégia de expansão global, freada pela crise de 1997 e que levaria a companhia a quebrar - processo que será analisado de maneira mais ampla nas etapas seguintes deste trabalho.

A Samsung surge em 1938 como companhia de comércio, focada na venda de arroz para o exterior. De acordo com Kim & Jaffe (2010), o nome significa três estrelas, cada uma delas uma característica a ser buscada: grande, forte e eterna. Com o fim da ocupação japonesa, a empresa passa a importar e comercializar no mercado interno

produtos como açúcar, têxteis e remédios. Nos anos 50, o bom relacionamento do fundador, Lee Byung-Chull, com o governo Rhee rendeu acesso a crédito e proteção de mercado: não apenas recebeu dinheiro para iniciar a produção de têxteis e açúcar, como o governo banuiu a importação desses produtos. Vale lembrar que, ainda que a escolha da Samsung tenha forte motivação política - dado que a corrupção foi característica marcante do primeiro governo sul-coreano - estabelecer a produção local de tecidos e açúcar tinha como objetivo substituir a importação desses bens, pois naquele momento a principal fonte de divisas era a ajuda estadunidense. Neste mesmo período, o grupo adquiriu uma seguradora e três bancos comerciais, mais uma vez graças às boas relações entre seu fundador e o presidente da república.

O primeiro capítulo desta análise mostra que, quando Park assumiu o poder, o cenário era de grande pressão para que os empresários coreanos beneficiados pelo governo Rhee fossem punidos. Ainda assim, o chairman da Samsung mostrou-se capaz de fazer a articulação entre os *chaebol* e o governo, tendo sido um dos principais responsáveis por confirmar os grandes grupos privados nacionais como peça chave para a realização dos planos do novo chefe de Estado. Neste sentido, além de convencer Park de que os grandes empresários estariam dispostos a colaborar com o governo, Lee organizou a Federação das Indústrias Coreanas, entidade que, como o nome sugere, organizou os interesses dos grandes grupos, ao mesmo tempo em que buscava o alinhamento destes com o Estado coreano.

Assim, durante a era Park, a Samsung teve papel ativo na realização da política industrial do governo, realizando inversões em setores considerados estratégicos pelos *policy makers*: na década de 70 o grupo entrou na petroquímica, máquinas e equipamentos e construção naval. Porém, o movimento mais importante realizado neste período foi a entrada na produção de eletrônicos, começando com ventiladores, a divisão de eletrônicos passou a produzir televisores, fornos micro-ondas e componentes a preços competitivos e direcionando esforços para exportação. De acordo com Kim & Jaffe (2010), era comum os fornos micro-ondas produzidos pela empresa coreana serem comercializados nos EUA e Europa utilizando marcas locais, o que evitava a rejeição do portfólio da empresa. Ao mesmo tempo, essa linha de atuação tornou o braço eletrônico do grupo forte tanto na fabricação de produtos acabados quanto no

fornecimento de componentes. Em 1974 a divisão de eletrônicos adquire plantas de produção de semicondutores, vistos pelo *chairman* da companhia como elemento fundamental para o sucesso no longo prazo.

Dito isso, o grupo investiu pesado e já em 1980 a companhia investe no desenvolvimento de memórias DRAM (*dynamic random access memory*) com 256 quilo bytes (o padrão até então era 64 quilo bytes), o projeto foi bem sucedido e, ao final da década, a empresa consolidou posição de liderança no mercado de memórias DRAM. Ao mesmo tempo, continuou a operar com bens de consumo duráveis, mantendo já citada competitividade tanto em componentes quanto em produtos acabados. Como em outros *chaebol*, a ascensão da Samsung passou pelo alinhamento ao projeto de desenvolvimento articulado pelo governo Park, de modo que o grupo passou do comércio de arroz à manufatura de semicondutores. Ainda cabe destacar que, conforme o aparato desenvolvimentista foi sendo desmontado, a empresa ganhou maior autonomia nas decisões e, nos anos 90, decide entrar na indústria automobilística, projeto que não atingiu os resultados esperados. Nota-se aqui que, pelo menos em um primeiro momento, a ausência de um agente articulador criou complicações na hora de definir estratégias de diversificação: ainda que não exista “se” em fatos do passado, é difícil imaginar que a entrada da companhia no setor automobilístico teria sido permitida sob o modelo da era Park. Além disso, dado o cenário de liberalização - e consequente mudança no padrão de financiamento - o espaço para a maturação dos investimentos já não era mais o mesmo.

Assim como a Samsung, a Lucky Goldstar teve fundação como companhia de comércio. Em 1947, no entanto, começa a operar no setor químico, produzindo inicialmente sabões e cosméticos. A etapa seguinte foi incorporar a produção das embalagens de seu portfólio, marcando a entrada do grupo na manufatura de plásticos. Chang (2003) conta que a companhia seguiu o modelo estabelecido pelo governo Park, de modo que a diversificação do grupo seguiu rumo à manufatura de eletrônicos - já na década de 60 a companhia adentra a produção de rádios, televisores e máquinas de lavar. Contudo, a empresa não deixou de expandir a atuação na indústria química, adquirindo operações de refino de petróleo, expandindo seu portfólio de higiene e limpeza e atuando mesmo no setor de seguros - como forma de diminuir riscos nas

operações petroquímicas. Durante os anos 80 o grupo avança na indústria eletrônica, passando a produzir semicondutores, ao mesmo tempo em que estende seu braço financeiro com a fundação de LG Merchant Bank, LG Investment Trust e LG Securities. Já na década de 90 o foco passa às telecomunicações, onde se tornou um dos gigantes mundiais.

Não é difícil perceber que os principais *chaebols* tiveram como característica marcante de seu processo de crescimento a diversificação, incentivada em muito pelo poder público e os já citados planos para modernizar a estrutura produtiva. Vale lembrar que o terceiro plano quinquenal estabeleceu a multiplicação das exportações sul-coreanas como ponto fundamental para o crescimento sustentável do país, definindo metais não ferrosos, petroquímica, máquinas & equipamentos, construção naval e eletrônicos como indústrias estratégicas para atingir este objetivo. Logo, não é coincidência que as trajetórias de Hyundai, Daewoo, Samsung, LG e SK tangenciem esses setores e estejam intimamente ligadas ao um posicionamento voltado para as exportações. Esses conglomerados foram coagidos pelo governo a direcionar esforços para a criação/consolidação de um sistema de produção de bens com elevado valor agregado voltado para a exploração do mercado externo. Por meio de um processo que tornou possível arraigarem-se na península coreana - a exemplo do que acontece com transnacionais de Japão, Estados Unidos e Alemanha - centros de comando e P&D de empresas extremamente dinâmicas e com presença mundial, entendidos pela análise aqui feita como elemento crucial para a determinação de quais países possuem, de fato, o poder de determinar os rumos da economia mundial.

A partir de certo ponto a força do Estado diminuiu, de modo que a expansão e diversificação deixaram de ter um agente coordenador, deixando o mercado como responsável pelas mudanças. Tem-se aqui, para muitos autores heterodoxos a gênese da crise de 1997. Nesta linha, chama atenção o fato de que os cinco grupos aqui descritos adentraram o setor financeiro a partir de meados dos anos 80, ao mesmo tempo em que começam a cruzar fronteiras de atuação de seus “irmãos”: Samsung investe na produção de automóveis, Hyundai e Daewoo avançam para semicondutores. Vale lembrar a já citada mudança no perfil do financiamento, que, dadas as reformas citadas no capítulo anterior, fazem com que o endividamento de vários *chaebol* se

tornasse de curto prazo. O próximo capítulo abordará essa questão com maior detalhamento, para que, mais adiante, seja possível entender a contribuição dessas mudanças para o cenário pré-crise mostrado no capítulo 1.

Capítulo 3: Liberalização

Os últimos 40 anos foram marcados pela instabilidade da relação cambial entre as moedas das economias centrais e periféricas, bem como pela crescente sensação de incerteza e, mais importante, pela consolidação de desequilíbrios de poder. Esse fenômeno tem como principais motivadores o fim da conversibilidade do dólar em ouro, a flexibilização do câmbio e a desregulamentação e diversificação das finanças (tanto no âmbito nacional quanto internacional). Com o fim de *Bretton-Woods*, o dólar já não precisava manter paridade fixa para exercer a função de principal reserva de valor internacional - uma vez que sua liquidez era garantida pelo poderio militar estadunidense - cabendo-lhe então manter o papel de principal moeda de denominação contratual (moeda financeira). As limitações que a conversibilidade em ouro impunha ao BP americano foram retiradas - tendo em vista que com o fim da conversibilidade os EUA possam a poder honrar suas dívidas utilizando sua própria moeda - e, conseqüentemente, o equilíbrio do BP (balanço de pagamentos) dos EUA perde importância.

Os demais países também ganharam certa flexibilização no BP e as taxas de juros passaram a funcionar como ferramenta para o controle sobre o câmbio, porém, a liberdade de cada país para contrair déficits e para controlar as taxas de juros ficou limitada pela visão que os mercados têm quanto ao risco envolvendo os ativos de cada país. Além disso, os anos 70 foram marcados por aumento dos fluxos de comércio internacional, movimento inflacionário (consequência do choque do petróleo) e intensa especulação sobre o câmbio, criando um cenário de incerteza. Essa sensação de incerteza, em conjunto com o avanço dos processos de desregulamentação, levou ao surgimento de novos produtos financeiros; não apenas como tentativa de precaução frente à instabilidade, mas também como forma de maximizar as possibilidades especulativas; assim, os fluxos financeiros crescem exponencialmente e ganham força na determinação do BP de cada país. Portanto, o que se viu nos anos 70 foi a criação de um mecanismo de desequilíbrios constantes, uma vez que a situação do balanço comercial de cada país perde força frente à hierarquia monetária e à percepção de risco dos mercados.

Esse conjunto de mudanças marca o processo de financeirização, definido por Braga (1993) como padrão sistêmico de riqueza, cuja definição, gestão e realização passam a ser ditadas pela lógica financeira, em um movimento no qual o descompasso entre o valor dos ativos financeiros e o valor dos bens e serviços é característica marcante. Dito isso, a tendência à instabilidade aparece como qualificação intrínseca das mudanças que se desenharam nas últimas três décadas do século XX, visto que no decorrer deste período as nações desenvolvidas, embasadas em diversos estudos de escolas liberais do *mainstream*, generalizam as políticas necessárias para o desenvolvimento econômico em uma série de receituários que não levam em conta o momento histórico e a singularidade de cada país. Os países subdesenvolvidos são obrigados, em nome de manter sua inserção no comércio internacional e evitar retaliações do Mercado, a adotar políticas macroeconômicas focadas no curto prazo e, desta forma, abrir mão de qualquer tentativa de introduzir um programa de desenvolvimento nacional.

A situação é agravada pelo fato de que as pressões para seguir o receituário internacional não partem somente dos países desenvolvidos, mas também de grupos nacionais que, de certa forma, conseguem ganhos significativos com a situação, como, por exemplo, os bancos, que se favorecem com a alta taxa de juros em determinado país. Neste sentido, mesmo empresas não financeiras tem conseguido se beneficiar do cenário de juros altos, dado que o processo de financeirização alterou profundamente a gestão das grandes companhias, fenômeno que vem se configurando com maior intensidade desde os anos 80. Neste sentido é possível perceber o que o professor Braga trata como “ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas”, fenômeno no qual o valor dos ativos e ganhos financeiros passa a configurar o principal fator - ou pelo menos um importante referencial - de ponderação dos investimentos. Ou seja, a(s) atividade(s) desempenhada(s) pelas companhias naquilo que podemos chamar de “esfera real”, passam a ser subordinadas à movimentação dos preços dos ativos no mercado financeiro, visto que é a partir dessa movimentação que se definem as estratégias adotadas pelas grandes corporações. Cada vez mais, o preço das ações se sobrepõe ao desempenho operacional na hora de

definir acesso ao crédito, viabilidade de investimentos e, conseqüentemente o desempenho de longo prazo dos grupos não financeiros.

É fato que as novas formas de gestão, em conjunto com a liberalização dos mercados, permitiram que as empresas não financeiras aprofundassem sua interpenetração com a esfera financeira. Porém, não se pode dizer que essa interpenetração entre produção e mercado financeiro seja uma anomalia, pelo contrário, desde a descrição de Marx (1985) sobre o funcionamento dos circuitos de valorização do capital é possível perceber que, como o capital tende ao seu conceito e, portanto, a buscar valorizar-se por si só, existe uma tendência de que este busque se desprender do trabalho, do “calvário” da produção de mercadorias. Logo, embora o autor não discorra sobre a financeirização, sua obra torna possível perceber que o processo aqui descrito é algo que está na natureza do capital - se é que é possível utilizar tal termo em economia - e, portanto, do sistema de produção capitalista. É interessante perceber que, neste sentido, o argumento de certas correntes do *mainstream* econômico de que o Estado é algo estranho ao sistema chega a ser compreensível, visto que o que freou o processo aqui descrito foi o protagonismo da atuação dos Estados nacionais que marca o período entre 1930 e o início dos anos 70.

A partir da constatação de que os ativos financeiros passam a ser o principal fator de determinação das decisões dos agentes mais relevantes, e somando-se a isso a o processo de desregulamentação dos mercados e o conseqüente descolamento entre o valor dos ativos e o quantum “real” de riqueza (bens e serviços) não é difícil perceber o porquê da instabilidade crescente que tem marcado o sistema nas últimas décadas: nos momentos de valorização dos ativos financeiros o crescimento dos investimentos permite expansão da riqueza real, ao passo que, conforme a valorização dos ativos se descola da capacidade de geração de bens e serviços, há de se chegar a um momento de ajuste, onde o preço dos ativos volte a ser compatível com a capacidade de gerar bens e serviços. Nestes momentos de reajustes, os preços dos ativos tendem a cair de forma acentuada e acelerada, colocando em risco a solvência dos grandes grupos privados e, portanto, do próprio sistema. Neste ponto, os Estados nacionais são “convidados” a intervir, resgatando os grandes grupos, socializando

perdas e, ao assumir o ônus das desvalorizações, gradativamente diminui seu poder de intervenção futuro, visto que esse processo está atrelado ao aumento da dívida pública.

Neste contexto, o modelo de desenvolvimento da era Park, ao fazer a ponte entre a tomada de crédito externo e o setor privado nacional, conseguiu postergar a entrada da Coreia do Sul na ciranda financeira que se desenha a partir dos anos 70. Não só o governo controlava os fluxos de capital estrangeiro, como direcionava os investimentos em setores estratégicos, além de dificultar a participação direta dos *chaebol* no setor financeiro. Entretanto, a evolução supracitada do cenário internacional, bem como o fortalecimento dos próprios grupos e os fatores envolvendo o fim da era Park - vide capítulo 1 - levam à mudanças profundas na economia sul-coreana. Os anos 90 marcam a drástica diminuição da intervenção estatal. Com a liberalização do setor financeiro, o Estado deixa de exercer o papel de coordenador dos investimentos. Chang destaca que, ao contrário do que pregam as interpretações predominantes, a crise de que atinge a economia coreana em 1997 esteve relacionada diretamente com esse retrocesso em termos de regulamentação. Para ele, é a partir desse ponto que surgem problemas como maior nível de instabilidade consequente da maior capacidade de contrair empréstimos e menor nível de intervenção quanto à destinação dos investimentos, como ocorrera, por exemplo, no já citado caso da entrada da Samsung na indústria automobilística.

Como dito anteriormente neste mesmo texto, o governo Kim Young Sam programou mudanças drásticas no sentido de liberalizar a economia coreana - dadas as pressões interna e externa por esse movimento, bem como a formação e posicionamento ideológicos do próprio presidente. Neste sentido, as mudanças de maior impacto estiveram relacionadas ao setor financeiro, com expressiva diminuição da participação do Estado e maior liberdade para que o setor privado contraísse financiamento junto a instituições estrangeiras. Em outras palavras, o Estado deixou de contar com a principal ferramenta (ou pelo menos uma das principais) utilizada para coordenação do investimento produtivo durante as décadas anteriores, visto que era através do direcionamento do crédito - tanto via bancos públicos, quanto por garantias oferecidas pelo governo na hora de tomar crédito externo - que o governo da península

conseguiu alinhar a atuação dos setores público e privado ao objetivo de transformar a estrutura produtiva do país.

Com seu plano de liberalização, o governo Kim colocou como objetivos claros o fim das políticas de direcionamento de crédito, aumento da autonomia dos bancos sobre as decisões de empréstimos, liberalização das taxas de juros e redução das exigências para a entrada de agentes privados no setor financeiro. Além disso, o programa visou liberalizar a conta capital, permitindo que investidores estrangeiros aumentassem sua participação no mercado de ações coreano, bem como adquirir títulos da dívida pública do país. Porém, a consequência mais marcante da abertura da conta capital foi o aumento do poder de alavancagem tanto das instituições financeiras quanto dos *chaebol*, isso porque os agentes privados sul-coreanos passaram a poder contrair empréstimos junto a instituições financeiras no exterior sem a necessidade do aval do governo da península - tanto para projetos de investimento em outros países quanto para custos relacionados ao mercado interno.

Essas mudanças tinham como justificativa o diagnóstico de que o setor financeiro da Coreia do Sul não teria conseguido se desenvolver com o ritmo necessário para responder aos novos desafios que a globalização colocava em sua trajetória de desenvolvimento. Para o governo Kim, as políticas de direcionamento de crédito que marcam as décadas anteriores teriam sido responsáveis por minar a capacidade de evolução do setor financeiro do país e, tendo em vista o viés alinhado ao pensamento liberal que marca os governantes sul-coreanos na década de 90, acreditava-se que a liberalização do setor financeiro tornaria possível superar essa deficiência, pois o mercado trataria de aumentar a competição e trazer ganhos de eficiência para a estrutura financeira do país. Com isso, o número de bancos comerciais cresceu de 6 para 30 durante o período de reformas, ao passo em que nada menos que 29 seguradoras foram criadas no mesmo período.

Changes in number of financial institutions in Korea

<i>Financial sector</i>	<i>1985</i>	<i>1997</i>	<i>2000</i>
Banks	23	33	22
Merchant banks	6	30	9
Securities firms	25	36	43
Insurance cos	21	50	40
Investment Trust cos	3	31	27
Leasing cos	8	25	18
Mutual Savings & Finance cos	239	231	164
Total	325	436	323

Tabela 5: Evolução no número de instituições financeiras na Coreia do Sul
Fonte: Chang (2004)

O problema é que essas instituições tinham como característica fundamental o foco em operações de curto prazo, ou seja, o perfil do crédito disponível se alterou no sentido de diminuição do tempo disponível para a maturação dos investimentos. Ao mesmo tempo, as mudanças não incluíram mecanismos de regulamentação sobre as novas instituições, que, dado o acirramento na competição, adotaram um perfil agressivo, tomando crédito no exterior a prazos mais curtos do que os dos empréstimos que concediam no mercado interno sem que o governo tomasse qualquer atitude no sentido de evitar esse movimento. Logo, dado que a demanda por novos empréstimos partia principalmente dos *chaebol*, bem como o caráter de longo prazo dos investimentos feitos pelos grandes grupos, esse descompasso entre o crédito tomado pelo setor financeiro sul-coreano e o tempo de maturação dos investimentos financiados por esse dinheiro tornou-se fator chave na configuração da crise de 1997.

A este cenário pode-se somar a separação entre Banco da Coreia - responsável pela supervisão sobre os bancos comerciais - e Ministério da Fazenda (Economia e Finanças) - responsável pelos bancos públicos e demais instituições financeiras - dando autonomia ao primeiro e, conforme aponta Chang (2004), criando dificuldades no fluxo de informação entre as instituições. Para o autor sul-coreano, a separação entre essas duas instituições colaborou para que companhias potencializassem o acesso a crédito, visto que a falta de cooperação entre os organismos supracitados permitia aos agentes do setor privado omitir dados referentes ao tamanho de seus passivos. Ainda chama atenção o fato de que as reformas do governo Kim, a despeito da falta de mecanismos

que possibilitassem uma transição mais branda, levaram à melhora da avaliação dos *chaebol* e instituições financeiras da península pelo mercado internacional, o que, por sua vez, potencializou a tomada de crédito com prazo mais curto junto a credores estrangeiros.

Korea's foreign debt profile, 1960–1997

Year	Total debt (millions of dollars)	Share of short-term debt (%)	Foreign debt to GNP (%)	Debt service ratio (%)
1960	83	1.2	3.9	0.4
1961	83	n.a.	3.9	0.4
1962	89	n.a.	3.8	0.7
1963	157	14.0	5.8	0.9
1964	177	5.6	6.1	2.6
1965	206	1.5	6.9	5.0
1966	392	1.8	10.7	2.9
1967	645	10.2	15.1	5.2
1968	1,199	7.4	22.9	5.2
1969	1,800	10.8	27.2	7.8
1970	2,245	16.6	28.1	18.2
1971	2,922	16.4	31.2	20.4
1972	3,587	17.8	33.9	18.4
1973	4,257	16.5	31.5	14.2
1974	5,933	20.9	32.0	11.2
1975	8,443	28.5	40.5	12.0
1976	10,350	28.9	36.7	10.6
1977	12,649	29.4	33.8	10.2
1978	14,823	21.3	28.5	12.1
1979	20,287	26.9	32.5	13.6
1980	27,170	34.5	44.4	13.3
1981	32,433	31.5	49.0	14.3
1982	37,083	33.5	52.0	16.2
1983	40,378	30.0	50.8	15.7
1984	43,053	26.5	49.5	16.5
1985	46,762	23.0	52.1	18.7
1986	44,510	20.8	42.3	20.8
1987	35,563	26.1	27.6	29.6
1988	31,150	31.4	18.0	13.8
1989	29,368	36.8	13.9	9.7
1990	31,700	45.3	13.3	8.0
1991	39,135	44.0	13.9	4.6
1992	42,819	n.a.	n.a.	n.a.
1993	43,870	43.7	12.7	n.a.
1994	56,850	n.a.	14.2	n.a.
1995	78,439	n.a.	16.1	5.4
1996	104,695	58.3	20.2	5.8
1997	120,800	n.a.	25.5	n.a.

Tabela 6: Perfil da dívida externa sul coreana
Fonte: Chang (2004)

Capítulo 4: Crise

Com as mudanças ocorridas ao longo da década, a economia sul-coreana chega a 1997 mais exposta às oscilações dos fluxos de capital internacional, não só pelo aumento da dívida externa, mas, principalmente, pelo caráter de curto prazo dos novos empréstimos tomados pelo setor privado após a liberalização. Ao mesmo tempo, o fim da coordenação do Estado sobre o crédito levou ao acirramento da competição entre os grandes grupos, que passaram a adotar uma postura ainda mais agressiva - dadas a potencialização da alavancagem proporcionada pela abertura da conta capital, a estratégia de expansão internacional como adequação à globalização e o fim das reservas de mercado mantidas pelo arranjo anterior de financiamento.

Chang (2004) mostra que entre os anos de 1993 e 1997 a dívida externa sul-coreana praticamente triplicou, com crescimento próximo a 34% ao ano entre 1994 e 1996. Ainda assim, o mesmo autor destaca a importância de se notar que o nível da dívida em relação ao PNB manteve-se em níveis considerados seguros para os padrões adotados pelo Banco Mundial (BM) - em 1996, a dívida da península estava em 22% do PNB, ao passo que o BM classificava países com patamar para este número abaixo de 48% como “seguros”. Além disso, esse aumento no endividamento externo do país não se compara ao do setor bancário, que no mesmo período cresceu a impressionantes 60% ao ano. A explicação desse fenômeno está na ausência de uma política que regulamentasse a atividade dos bancos comerciais e na estratégia expansionista dos *chaebol*, puderam adotar uma forma de atuação mais agressiva com a saída do controle governamental sobre as fontes de crédito.

O desmonte do aparato de controle sobre o mercado de crédito determinou o fim das políticas que, de certa forma, proporcionavam uma reserva de mercado aos *chaebol* dentro dos setores nos quais conseguiam se destacar. Ora, com o fim do direcionamento dos empréstimos pelo Estado, os grandes grupos estavam livres para entrar em atividades já ocupadas por seus coirmãos - conforme destaca o Capítulo 2 da presente análise. Com isso, não só os *chaebol* estavam mais expostos em termos de retorno dos arriscados investimentos em novos mercados - dado o menor tempo de maturação em decorrência da mudança no perfil do endividamento e a necessidade de

uma estratégia agressiva de investimentos para ocupar espaço no mercado internacional - como também passaram a se preocupar com o acirramento da competição em seus *core business*.

Outro ponto que precisa ser esclarecido é que a liberalização se deu de forma mais intensa sobre as operações de crédito de curto prazo - como é possível verificar em Chang (2004) - visto que as operações com maior duração continuaram a precisar de permissão do governo. Além disso, a tomada de crédito no mercado internacional obedece a padrão parecido: de forma geral, quanto menor o prazo de um empréstimo, menores serão as restrições na hora de contraí-lo. A esse fator soma-se a expectativa de que a liberalização continuasse a melhorar a avaliação dos grandes grupos coreanos frente ao mercado, ou seja, esperava-se que as taxas de juros de longo prazo apresentassem queda, o que incentivava a tomada de empréstimos de menor duração como forma de postergar a tomada de empréstimos maiores (em montante e duração) para um momento no qual as condições fossem “ótimas”.

Uma das medidas tomadas pelo governo Kim foi o virtual desmonte da Junta de Planejamento Econômico - entidade responsável por definir boa parte das diretrizes que guiaram os planos quinquenais de desenvolvimento - consolidando a retirada das ferramentas de coordenação do governo sobre os investimentos realizados pelos grandes grupos. Com isso, a entrada da Samsung na indústria automobilística não teria maiores obstáculos: apesar de outros grupos já atuarem no setor e da pouca atuação da empresa das três estrelas em atividades relacionadas à produção de máquinas e equipamentos a empresa pode alavancar essa investida. Conforme apontam Kim & Jaffe (2011), Lee Kun-hee, então chairman da Samsung, defendia a entrada na indústria automobilística como “dever” da empresa, dada a importância das exportações para o país.

Neste contexto, a Kia passou a ser vista como potencial alvo de aquisição da Samsung, o que Chang (2004) aponta como fator para desencadear uma série de decisões equivocadas da Kia. O autor sul-coreano defende que os investimentos em metalurgia e uma estratégia mais agressiva dentro da produção de automóveis como decisivas para a piora das condições financeiras da empresa, que teria adotado essa

linha de ação como forma de se defender de uma possível aquisição pela Samsung. Como resultado, o governo, apesar dos esforços no sentido de liberalizar a economia, se viu obrigado a resgatar o grupo, minando a confiança em sua estratégia de ação.

Como se sabe, a crise que atinge a Ásia em 1997 tem como componente fundamental a desvalorização cambial e a fuga de fluxos de capital dos países da região. Kim & Jaffe (2010) destacam que boa parte do crédito tomado pelos bancos sul-coreanos tinha como origem Hong-Kong, de modo que, no momento em que ataques especulativos secaram esta fonte de financiamento e aumentaram a pressão pelo pagamento dos compromissos assumidos no curto prazo e, conseqüentemente, levaram à desvalorização do won. Neste sentido, ainda é preciso esclarecer que o controle sobre a tomada de crédito ao exterior que existiu nas décadas anteriores funcionava também como mecanismo de controle sobre o câmbio, dada a relação desta variável com os fluxos de dólares que entram e saem do país. Mais grave do que este movimento foi a quebra de grupos Hanbo e Kia, que minou a confiança dos agentes privados e, dado o caráter pro-cíclico que marca os fluxos de capital internacional, levaram à fuga de dólares e, conseqüentemente, intensificação da desvalorização da moeda sul-coreana. Soma-se a isso a queda do preço médio dos semicondutores, que agravou os efeitos da desvalorização cambial - visto que a capacidade de atrair dólares pela via comercial ficou comprometida. Assim, as empresas da península passaram a enfrentar maior dificuldade para rolar a dívida e aumento da pressão para honrar os compromissos assumidos junto aos credores estrangeiros. Tem-se aqui a consequência da mudança no perfil do financiamento - a pressão dos credores sobre as instituições financeiras e *chaebol* trouxe a necessidade de arcar com o ônus dos investimentos muito antes do prazo necessário para sua maturação.

Dado o cenário de fuga de capitais e a desvalorização tanto da moeda local quanto dos produtos exportados pelo país, a Coreia do Sul recorre ao FMI para contornar a crise. Como consequência, os sul-coreanos precisaram, em um primeiro momento, se comprometer com um ajuste recessivo, bem como aumentar as taxas de juros e reestruturar os grandes grupos privados - notadamente na questão da governança corporativa e nos níveis de alavancagem.

Considerações finais

Diante do exposto, não é difícil perceber que o desmonte dos mecanismos de coordenação do Estado sobre o investimento produtivo fez com que os *chaebol* ficassem muito próximos de passarem de dinamo do desenvolvimento coreano a corresponsáveis pela maior crise enfrentada pelo país no período pós II-GM. Tendo sua estratégia pautada na colaboração entre setor privado e Estado, notadamente sob a coordenação do segundo, o governo Park abriu as portas para que o país passasse por um tremendo processo de evolução e diversificação de sua estrutura produtiva, no qual também deve-se destacar a preocupação em constituir campeões nacionais capazes de concorrer em setores estratégicos com os maiores players globais. O plano foi tão bem sucedido que a história da Coreia entre as décadas de 60 e 90 era comumente chamada de “milagre” e os *chaebol* se tornaram fortes o bastante para brigar em pé de igualdade com multinacionais de países desenvolvidos. Consequentemente, esses mesmos grandes grupos passaram a ter seu valor reconhecido internacionalmente, passando a conseguir taxas de juros menores no mercado internacional.

Com isso, e dado o avanço das vertentes de pensamento liberal nos países centrais, configurou-se um cenário de crescente pressão sobre a península para seguir o mesmo receituário neoliberal adotado pelas economias desenvolvidas, liberando os fortes e dinâmicos grupos privados das “amarras” impostas pela intervenção do governo a adentrarem a globalização. Como resultado, as mudanças provocadas acabaram por guiar a Coreia do Sul ao questionamento de todo o processo que possibilitara sua industrialização e a optar pela desestruturação do planejamento estatal sobre o parque produtivo e, ao fazê-lo de maneira brusca, implantando uma série de mudanças de caráter notadamente ideológico e, consequentemente, ignorando as condições únicas de seu processo de transformação produtiva, o país colocou-se em uma posição muito próxima de um tremendo retrocesso - colocando em risco a viabilidade dos *chaebol*, e, portanto, de todo o progresso conseguido ao longo de décadas;

Ainda assim, as mudanças que levaram o país à crise ocorreram em um momento no qual o capital nacional já havia ganhado robustez suficiente para competir em nível global em setores estratégicos - o que, em conjunto com a volta de patamares

mais baixos nas taxas de juros e a retomada da intervenção estatal no sentido de redistribuir a atuação setorial dos grandes grupos, possibilitou a posterior adequação dos grupos aos novos padrões de regulamentação e financiamento.

Referências bibliográficas

- AMANN, E; CHANG, H-J. *Brazil and South Korea: Economic Crisis and Restructuring*. Londres: Institute of Latin American Studies, 2004.
- AMSDEN, A. *Asia's Next Giant*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989
- AMSDEN, A. *The Rise of the "Rest"*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.
- BANK OF KOREA. *Financial Institutions in Korea*. Seul: Bank of Korea, 2011
- BRAGA, J. *A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. In *Economia e Sociedade*, Campinas, n.2, p.25-57, ago.1993.
- CANUTO, O. *Brasil e Coreia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Editora Nobel, 1994.
- CANUTO, O. *Processos de Industrialização Tardia: O "paradigma" da Coreia do Sul*. Campinas: Tese de doutoramento em Economia apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP.
- COUTINHO, L. *Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres*. In: FIORI, J.L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CHANG, H-J. *The 1997 Korean Crisis: Causes and Consequences*. In AMANN, E; CHANG, H-J. *Brazil and South Korea: Economic Crisis and Restructuring*. Londres: Institute of Latin American Studies, 2004
- CHANG, O-H. *Institution Building and Korean Economic Growth Performance in the 1960-70s*. Seul: Dongguk University, 2011.
- CHUNG, Y-I. *South Korea in the Fast Lane: Economic Development and Capital Formation*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.
- HAGGARD, S; LIM, W; KIM, E. *Economic Crisis and Corporate Restructuring in Korea: Reforming the Chaebol*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HIRATUKA, C; SARTI, F. *Indústria Mundial: mudanças e tendências recentes*. Campinas: Texto para discussão, IE/UNICAMP, 2010.

- IM, B-H. *The Origins of the Yushin Regime: Machiavelli Unveiled*. In: KIM, B-K; VOGEL, E. *The Park Chung Hee era: The transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- KIM, B-K. *The Leviathan: Economic Bureaucracy under Park*. In: KIM, B-K; VOGEL, E. *The Park Chung Hee era: The transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- KIM, E-M. *The Four Asian Tigers: Economic Development and the Global Political Economy*. San Diego: Academic Press, 1998.
- KIM, E-M; Park, G-S. *The Chaebol*. In: KIM, B-K; VOGEL, E. *The Park Chung Hee era: The transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- KIM, M-O; JAFFE, S. *The New Korea: An inside look at South Korea's economic rise*. Nova Iorque: AMACOM, 2010.
- KIM, L. *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- KWON, S-H. *Industrial Relations in South Korea: An Historical Analysis*. Sidney: Working Paper Series, 1997.
- LEE, M-Y. *The Vietnam War: South Korea's Search for National Security*. In: KIM, B-K; VOGEL, E. *The Park Chung Hee era: The transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- MICHELL, T. *From a developing to a newly industrialised country: The republic of Korea, 1961-82*. Genebra: International Labour Organization, 1988.
- NOBLE, G. *Industrial policy Key Developmental Sectors: South Korea versus Japan and Taiwan*. In: KIM, B-K; VOGEL, E. *The Park Chung Hee era: The transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- SHIN, J-S. *Globalisation and Industrial Restructuring: The Case of South Korea*. In AMANN, E; CHANG, H-J. *Brazil and South Korea: Economic Crisis and Restructuring*. Londres: Institute of Latin American Studies, 2004

SOON, C. *The Dynamics of Korean Economic Development*. Washington: Institute of International Economics, 1994.

TUDOR, D. *Korea: The Impossible Country*. North Clarendon: Tuttle Publishing, 2012.

WORLD BANK. *Korea: Managing the Industrial Transition*. Washington: World Bank Country Studies, 1987.